

PROVA OBJETIVA – MANHÃ

AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO CIÊNCIAS JURÍDICAS

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **100 (cem)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões.
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização.
- Usar o sanitário ao terminar a prova.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas.
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

MÓDULO I - CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

1

Observe os textos a seguir, sobre nosso grande escultor Aleijadinho:

Texto 1: *E o aleijado reinventava curiosamente em Vila Rica uma existência de artistas do Renascimento, entre discípulos que lhe desbastavam a pedra e esculpiam a parte menos importante da talha.*

Texto 2: *O Brasil deu nele o seu maior engenho artístico, eu creio. Uma grande manifestação humana. A função histórica dele é vasta e curiosa. No meio daquele enxame de valores plásticos e musicais do tempo, de muito superior a todos como genialidade, ele coroa uma vida de três séculos coloniais.*

Texto 3: *É possível que a visão física do Aleijadinho se deformasse com o seu desejo de transmitir aos outros homens uma mensagem política por meio de uma forma então popular de arte – a escultura religiosa. Se não me engano, ele foi, neste particular, um pioneiro: uma espécie de El Greco mulato nas suas audaciosas distorções da forma humana.*

Sobre a estruturação e o significado desses textos, assinale a única afirmação adequada.

- (A) Os textos 2 e 3 trazem informações precisas aos leitores.
- (B) No texto 1 a designação do escultor como “aleijado” mostra conteúdo pejorativo.
- (C) Aprende-se, no texto 3, que El Greco e Aleijadinho apresentavam formas distorcidas em suas obras.
- (D) Descobrimos no texto 1 que Aleijadinho não trabalhava sozinho, mas funcionava como chefe que só assinava a autoria das obras.
- (E) Segundo o texto 2, as obras de Aleijadinho possuem valor excelente, limitando suas qualidades ao período colonial.

2

Nosso célebre escritor Joaquim Nabuco escreveu:

Nós não sabemos que partes do alimento que ingerimos serão por nós aproveitadas. O modo por que o nosso corpo elabora a vida escapa-nos por completo. Ignoramos igualmente que impressões ou emoções de cada dia se transformarão em nosso espírito em alimento ou em tóxico. Um fato que nos alegra pode ser causa de uma depressão profunda, assim como de uma iguaria que saboreamos pode resultar um cansaço mortal.

O texto mostra cinco termos sublinhados.

Assinale o termo que mostra seu antecedente de forma **errada**.

- (A) que / alimento.
- (B) por que / modo.
- (C) nos / nós.
- (D) se / impressões ou emoções.
- (E) que / fato.

3

Assinale a frase abaixo que **não** se apoia numa comparação.

- (A) Em geral dá-se com o alimento espiritual o mesmo que com o corporal: apenas a quinquagésima parte do que se absorve é assimilado.
- (B) É melhor dar a alma ao diabo que tentar vendê-la a Deus.
- (C) Muitos grãos de incenso caem no mesmo altar; uns antes, outros, depois, mas isso não faz nenhuma diferença.
- (D) O arqueiro que ultrapassa o alvo falha tanto como aquele que não o alcança.
- (E) É evidentemente muito duro já não ser amado quando ainda se ama, mas pior do que isso é sê-lo quando não se ama mais.

4

Assinale a frase classificada como argumentativa, por possuir uma tese e argumentos que a sustentem.

- (A) Quando não se ama demais, não se ama bastante.
- (B) É impossível amarmos uma segunda vez o que realmente cessamos de amar.
- (C) O único prêmio da virtude é a virtude.
- (D) Não faz um amigo quem nunca fez um inimigo.
- (E) Há pessoas que julgam as falhas dos amigos; com isso não se ganha nada.

5

Observe a seguinte frase:

Os anciãos gostam de dar bons conselhos para se consolarem de não mais estarem em condições de dar maus exemplos.

Assinale a única observação **inadequada** sobre a estruturação desse pensamento.

- (A) A forma “anciãos” também poderia ser adequadamente substituída por “anciões”.
- (B) As três ocorrências da preposição “de” são solicitadas por termos anteriores.
- (C) Os segmentos “bons conselhos” e “maus exemplos” poderiam ter seus termos invertidos em “conselhos bons” e “exemplos maus”.
- (D) O segmento “para se consolarem” poderia ser adequadamente substituído por “para que se consolassem”.
- (E) O termo “não mais” traz ideia de tempo.

6

Assinale a frase em que a grafia do termo sublinhado está correta.

- (A) Os anciãos morrem por que já não são amados.
- (B) Todo homem tem o seu anjo bom e o seu anjo mal.
- (C) Aprendi muito com meus mestres, mas com meus companheiros.
- (D) Desejo que as armas deem lugar a paz.
- (E) Uma sessão de cinema vale uma terapia.

7

Assinale a frase expressa em linguagem lógica (e não figurada).

- (A) Os aniversários são o aluguel que pagamos pela vida.
- (B) Um homem decente pode estar apaixonado como um louco, mas não como um tolo.
- (C) O ciúme é a icterícia da alma.
- (D) Mais perto do autor de uma boa frase está quem a citou primeiro.
- (E) Civilização é a vontade da convivência.

8

Assinale a frase em que o acento grave da crase está empregado corretamente.

- (A) Vou à Portugal, mas volto em dez dias.
- (B) Entregarei à Pedro o prêmio alcançado.
- (C) O prisioneiro confessou à força.
- (D) Os homens esquecem à morte do pai.
- (E) Um competente se engana de acordo com às regras.

9

Assinale a frase em que a expressão “é que” faz parte da estrutura da frase e não simplesmente uma expressão de ênfase.

- (A) As más companhias é que foram a minha perdição.
- (B) A verdade é que ninguém escapa da morte.
- (C) Quem compra e mente, em seu bolso é que sente.
- (D) Gente ignorante é que faz piada de tudo.
- (E) Quanto é que os conselhos valem aos homens?

10

Assinale a frase que **não** exemplifica a função conativa de linguagem.

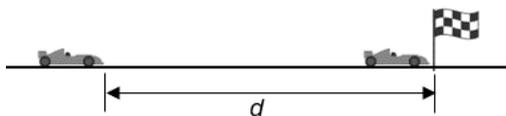
- (A) Não deixe para amanhã o que pode fazer hoje.
- (B) Faz o bem sem olhar a quem.
- (C) Siga em frente que atrás vem gente.
- (D) Fiz o que pude para ajudar os demais.
- (E) Veja bem o que você vai fazer.

Raciocínio Lógico-matemático

11

Em uma corrida de carros, os dois primeiros colocados estavam, na reta de chegada, com velocidade de 180 km/h.

O segundo colocado na corrida cruzou a linha de chegada 2,4 segundos após o primeiro ter cruzado.

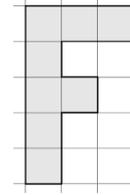


Quando o vencedor cruzou a linha de chegada, a distância d entre os dois carros representada na figura acima era de

- (A) 60 m.
- (B) 75 m.
- (C) 90 m.
- (D) 100 m.
- (E) 120 m.

12

No quadriculado abaixo está um polígono sombreado.



O perímetro do polígono é de 27 cm.

A área desse polígono em cm^2 é

- (A) 12.
- (B) 15.
- (C) 16.
- (D) 18.
- (E) 20.

13

Em um testamento, o falecido deixa a quantia de 2,4 milhões de reais para ser dividida entre seus três filhos, A, B e C, da seguinte forma:

- 70% da quantia deve ser distribuída aos filhos A, B e C em partes diretamente proporcionais a 3, 4 e 5, respectivamente.
- O restante deve ser dividido em partes iguais entre eles.

Com essa divisão realizada o filho A recebeu

- (A) 620 mil reais.
- (B) 660 mil reais.
- (C) 800 mil reais.
- (D) 860 mil reais.
- (E) 940 mil reais.

14

Considere verdadeira a afirmação:

Se tomo café, não durmo.

Analise as afirmações a seguir como consequência lógica da afirmação dada.

- I. Se dormi então não tomei café.
- II. Se não tomo café então durmo.
- III. Se não dormi então tomei café.

Decorre(m) logicamente da afirmação dada

- (A) apenas a I.
- (B) apenas a II.
- (C) apenas as II e III.
- (D) apenas as I e III.
- (E) I, II e III.

15

Um quartel possui um número N de soldados, menor que 150. O sargento reparou que dividindo os soldados em grupos de 9 ou em grupos de 12, sempre sobravam 4 soldados. Entretanto, dividindo os soldados em grupos de 7, os grupos ficavam completos e não sobrava nenhum soldado.

A soma dos algarismos do número N é

- (A) 4.
- (B) 6.
- (C) 7.
- (D) 9.
- (E) 11.

16

Duas urnas *A* e *B* contêm, cada uma, 50 cartões. Em cada cartão está escrito um número inteiro maior do que zero. Na urna *A* há 30 números pares e 20 números ímpares, e na urna *B* há 10 números pares e 40 números ímpares. Sorteia-se aleatoriamente um cartão de cada urna, sem reposição, e faz-se o produto dos números sorteados. Repete-se esse processo até que sejam formados 50 produtos.

A respeito dos 50 produtos obtidos, é correto concluir que

- (A) 25 são pares e 25 são ímpares.
- (B) 10 são pares e 40 são ímpares.
- (C) 30 são pares e 20 são ímpares.
- (D) no máximo 30 produtos são pares.
- (E) no mínimo 10 produtos são ímpares.

17

Priscila compra um casaco de R\$ 360,00 em promoção com 20% de desconto. Além disso, ela tem um cupom de desconto de R\$ 20,00. Sobre o valor resultante após os descontos citados, paga-se um imposto de 8%.

O valor total em reais que Priscila paga pelo casaco é

- (A) 289,44.
- (B) 291,36.
- (C) 293,76.
- (D) 294,72.
- (E) 296,80.

18

No último Curso de Verão da Faculdade *A* havia 120 estudantes, sendo 70 meninas e 50 meninos. Além disso, esses 120 estudantes eram provenientes de apenas dois colégios: 54 estudantes eram do Colégio *B* e os demais, do Colégio *C*.

Havia 24 meninas do Colégio *C*.

O número de meninos do Colégio *B* era igual a

- (A) 6.
- (B) 8.
- (C) 16.
- (D) 24.
- (E) 32.

19

Um ano “sortudo” é aquele no qual existe pelo menos uma data escrita no formato dd/mm/aaaa, na qual o produto do dia pelo mês é igual aos 2 últimos dígitos do ano. Por exemplo, 2024 é um ano “sortudo” pois existe a data 2/12/2024 na qual $2 \times 12 = 24$.

Entre os anos a seguir, o único que não é “sortudo” é

- (A) 2054.
- (B) 2055.
- (C) 2056.
- (D) 2057.
- (E) 2058.

20

Duas crianças de cada vez podem jogar tênis de mesa.

Durante duas horas, com apenas duas crianças jogando de cada vez, seis crianças se revezam para que todas joguem a mesma quantidade de tempo.

O número de minutos que cada criança joga é igual a

- (A) 20.
- (B) 25.
- (C) 30.
- (D) 40.
- (E) 50.

Legislação Específica

21

Foram admitidos, no âmbito do Poder Executivo do Município Delta, agentes:

- I. nomeados para o cargo de professor, após regular aprovação em concurso público;
- II. ocupantes exclusivos de cargos em comissão, com atribuição de direção;
- III. contratados em caráter temporário em situação de emergência à saúde pública, conforme autorizado em lei.

Ao analisar a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, o Prefeito do Município Delta concluiu corretamente que, para fins de registro,

- (A) as referidas admissões devem ser apreciadas pelo Tribunal.
- (B) somente a admissão referida em I deve ser apreciada pelo Tribunal.
- (C) somente as admissões referidas em I e III devem ser apreciadas pelo Tribunal.
- (D) a admissão referida em II será apreciada pelo Tribunal caso o Regimento Interno disponha nesse sentido.
- (E) o Regimento Interno pode dispensar o registro da admissão dos agentes que não recebam remuneração superior a um salário mínimo.

22

Uma unidade técnica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima foi incumbida de realizar levantamento no âmbito de certa estrutura orgânica do Poder Executivo estadual, de modo a identificar os aspectos pragmáticos afetos ao funcionamento de um fundo gerido pela referida estrutura.

À luz dos balizamentos do Regimento Interno do Tribunal de Contas de Roraima, assinale a afirmativa correta acerca da medida a ser adotada pela referida unidade.

- (A) Não é compatível com a fiscalização de repasses de outros entes federativos.
- (B) Assume caráter extraordinário, não se ajustando ao plano anual de fiscalização aprovado pelo Pleno.
- (C) O relatório que resultará da sua realização apresenta uma identidade formal e substancial com o relatório de auditoria.
- (D) Na sua realização devem ser adotadas, no que couber, as normas editadas ou utilizadas pelo Tribunal de Contas da União.
- (E) Se trata de antecedente necessário da auditoria, delimitando o seu alcance a partir das irregularidades ou impropriedades detectadas.

23

O Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR), em processo de tomada de contas especial, constatou que João, ordenador de despesa no âmbito da administração pública estadual, realizara despesas que não estavam lastreadas em qualquer razão de interesse público. Por essa razão, o Tribunal reconheceu a infração à sistemática legal vigente, com a imposição de multa e a condenação ao dever de ressarcir os cofres públicos pelos prejuízos causados. Após o pagamento dos respectivos valores e o decurso de 5 (cinco) anos, João foi convidado a ocupar o cargo em comissão de assessor de um agente político.

À luz da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, é correto afirmar que

- (A) é efeito da decisão do TCE-RR a inabilitação para o exercício de cargo em comissão por 5 (cinco) anos, logo, João pode ser nomeado.
- (B) João pode ser nomeado, já que o livre exercício profissional é um direito fundamental, não podendo ser obstado por ilícitos anteriores.
- (C) é efeito da decisão do TCE-RR a inabilitação para o exercício de outra função pública por 8 (oito) anos, logo, João não pode ser nomeado.
- (D) caso o TCE-RR, pela maioria absoluta de seus membros, tenha considerado grave a infração cometida, pode ter inabilitado João por até 8 (oito) anos para o exercício de cargo em comissão, o que impediria a nomeação.
- (E) caso o TCE-RR, por decisão do Pleno ou de uma Câmara, tenha decidido pela inabilitação de João, pelo lapso mínimo de 5 (cinco) e máximo de 8 (oito) anos, para o exercício de cargo em comissão, a nomeação não será possível.

24

O Deputado Estadual X, da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, deixou de comparecer, sem qualquer justificativa, no decorrer da sessão legislativa do ano Y, à terça parte das sessões ordinárias dessa Casa Legislativa. Por tal razão, a Mesa Diretora, assegurada a ampla defesa, declarou a perda do mandato a partir da provocação de outro Deputado Estadual. Dias após a declaração dessa perda, X obteve provimento judicial, de natureza cautelar, no curso da ação principal, que o reconduziu ao mandato de Deputado Estadual. No mesmo dia da recondução, foi nomeado para ocupar o cargo de membro da Mesa Diretora.

À luz dos balizamentos estabelecidos pela Constituição do Estado de Roraima, é correto afirmar que

- (A) a narrativa não apresenta qualquer incorreção.
- (B) X não poderia perder o mandato pela conduta que lhe foi atribuída.
- (C) um único Deputado Estadual não poderia ter provocado a atuação da Mesa.
- (D) a perda do mandato deveria ser decretada pela maioria dos membros da Assembleia Legislativa.
- (E) apesar da recondução, X não poderia ser nomeado para o cargo de membro da Mesa Diretora antes do trânsito em julgado da decisão a ser proferida na ação judicial.

25

O Município Sigma, por seu Prefeito Municipal, Antônio, celebrou três ajustes sob a forma de convênio, com a organização não governamental Delta, constituída como associação, que atua juntamente com o Município na prestação do serviço de saúde. Cada ajuste se estendia por um biênio, sendo os três celebrados de forma sequencial, de modo que não houvesse solução de continuidade na atuação de Delta. Após a instrução de processo administrativo em tramitação no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR), foi constatado que Delta, por seus dirigentes, jamais prestara contas dos recursos municipais que recebera.

Na situação descrita, é correto afirmar, à luz do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, que Antônio

- (A) está sujeito a multa, nos termos regimentais.
- (B) não deve ser responsabilizado pelas omissões de Delta.
- (C) é devedor solidário dos valores repassados a Delta após a primeira omissão na prestação de contas.
- (D) estará sujeito a multa, caso não instaure a tomada de contas especial nos 10 (dez) dias subsequentes à notificação da omissão pelo TCE-RR.
- (E) tornar-se-á devedor solidário, caso não instaure a tomada de contas especial nos 10 (dez) dias subsequentes à notificação da omissão pelo TCE-RR.

26

O Tribunal de Contas do Estado de Roraima (TCE-RR) julgou em débito servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Município Sigma, o que, ao seu ver, exigiria o arresto dos bens desse responsável, de modo a assegurar o ressarcimento.

Nessa situação, à luz do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, é correto afirmar que o TCE-RR

- (A) tem competência para decretar o arresto.
- (B) deve solicitar as medidas necessárias ao arresto ao Ministério Público Especial.
- (C) deve solicitar as medidas necessárias ao arresto ao Ministério Público Estadual.
- (D) pode solicitar as medidas necessárias ao arresto à Procuradoria-Geral de Sigma.
- (E) deve encaminhar peças ao órgão competente para a responsabilização judicial do responsável, cabendo o arresto, nesse caso, como medida incidental.

27

Um servidor do Tribunal de Contas do Estado de Roraima foi acusado da prática de infração disciplinar à qual era cominada a pena de demissão. Ao fim do processo administrativo disciplinar, a prática do ilícito foi devidamente comprovada.

À luz do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, é correto afirmar que a referida sanção deve ser aplicada pelo

- (A) Pleno.
- (B) Corregedor, com recurso para o Pleno.
- (C) Secretário-Geral, com recurso para uma das Câmaras.
- (D) Presidente do Tribunal, em decisão definitiva, ressalvado o pedido de reconsideração.
- (E) Corregedor ou pelo Presidente do Tribunal, conforme o servidor seja, ou não, ocupante de cargo efetivo.

28

Em debate realizado no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, foram discutidas as prerrogativas do Ministério Público de Contas (MPC) na perspectiva da Constituição Estadual. Maria sustentou que as atribuições dos membros do MPC devem ser estabelecidas na respectiva Lei Orgânica do MPC, de iniciativa privativa do Tribunal de Contas. Joana defendeu que os membros do MPC estão sujeitos às mesmas vedações legais incidentes sobre os membros do Ministério Público Estadual. Por fim, Ana afirmou que o MPC, por ser um órgão despersonalizado, não uma instituição, somente possui autonomia funcional, que recai sobre seus membros, não autonomia orçamentária e financeira.

Ao fim dos debates, constatou-se corretamente, à luz da Constituição Estadual, que

- (A) somente está correta a afirmação de Joana.
- (B) há erro nas afirmações das três debatedoras.
- (C) estão corretas as afirmações das três debatedoras.
- (D) somente estão corretas as afirmações de Maria e Ana.
- (E) somente estão corretas as afirmações de Maria e Joana.

29

Ao analisar o processo de prestação de contas de Pedro, que atuara como ordenador de despesas no âmbito do Município Alfa, o Tribunal de Contas do Estado de Roraima constatou a aplicação irregular de recursos públicos e reconheceu a existência de débito a ser sanado. Além disso, não identificou a existência de outras irregularidades e reconheceu a boa-fé de Pedro.

Nessa situação, à luz do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, é correto afirmar que

- (A) é assegurado a Pedro o parcelamento do valor devido, incluindo a multa aplicada, com os acréscimos legais, em até 12 (doze) vezes.
- (B) caso Pedro promova o pagamento do valor devido, com os acréscimos legais, no prazo estabelecido, se eximirá do pagamento da multa.
- (C) caso Pedro promova o pagamento devido, com os acréscimos legais, no prazo de 15 (quinze) dias, dar-se-á o julgamento das contas pela regularidade.
- (D) pode ser fixado o prazo de 30 (trinta) dias para o pagamento do valor devido, o qual, uma vez realizado, com os acréscimos legais, enseja o julgamento das contas pela regularidade com ressalvas.
- (E) Pedro pode celebrar o acordo de reconhecimento de débito, com eficácia de título executivo, que acarretará a extinção do processo de prestação de contas, sem a aplicação de sanções, se o pagamento for realizado no prazo devido.

30

Em determinado exercício financeiro, o Governador do Estado de Roraima e o Prefeito do Município de Boa Vista apresentaram suas contas anuais de governo ao Tribunal de Contas do Estado de Roraima.

Considerando os balizamentos estabelecidos pelo Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Roraima, é correto afirmar em relação a essas contas que

- (A) ambas serão apreciadas em sessões especiais de uma Câmara.
- (B) será observado pelo Tribunal o mesmo prazo de emissão do parecer prévio.
- (C) tiveram acompanhamento concomitante no decorrer do exercício financeiro.
- (D) ambas serão apreciadas em sessões administrativas do Pleno, sendo apenas emitido parecer prévio.
- (E) ambas serão apreciadas em sessões ordinárias, as do Governador pelo Pleno, e as do Prefeito por uma Câmara.

MÓDULO II - CONHECIMENTOS

ESPECÍFICOS

Noções de Direito

31

O Pleno do Tribunal de Justiça do Estado Alfa processou e julgou, no exercício de sua competência originária, dois mandados de segurança impetrados contra atos do Presidente do Tribunal de Contas do Estado Alfa. No primeiro acórdão, a decisão foi denegatória; no segundo, a decisão acolheu a pretensão do impetrante.

Em ambos os casos, a parte que não teve o seu entendimento jurídico acolhido pelo Tribunal de Justiça entendeu que a respectiva decisão foi totalmente dissonante da Constituição da República, havendo interesse em interpor o recurso cabível, a ser julgado pelo tribunal competente.

O tribunal competente para processar e julgar o recurso interposto é

- (A) o Supremo Tribunal Federal, em ambos os casos.
- (B) o Superior Tribunal de Justiça, em ambos os casos.
- (C) o Supremo Tribunal Federal, apenas em relação ao recurso a ser interposto contra a decisão denegatória.
- (D) o Superior Tribunal de Justiça, apenas em relação ao recurso a ser interposto contra a decisão denegatória.
- (E) o Superior Tribunal de Justiça, apenas em relação ao recurso a ser interposto contra a decisão que acolheu a pretensão do impetrante.

32

Após grande mobilização popular, foi apresentado ao Senado Federal projeto de lei subscrito por um por cento do eleitorado nacional, distribuído por seis estados, com quatro décimos por cento dos eleitores de cada um deles, tendo por objetivo a extinção do Ministério XX, o qual, ao ver dos proponentes, não vinha conduzindo políticas públicas em harmonia com os interesses da coletividade.

Ao receber o projeto de lei, o órgão competente da Casa Legislativa concluiu corretamente que ele

- (A) não apresenta nenhum vício.
- (B) somente apresenta vício de iniciativa.
- (C) somente apresenta vício quanto ao objeto.
- (D) somente apresenta vício quanto à Casa Legislativa iniciadora.
- (E) somente apresenta vício quanto ao objeto e à Casa Legislativa iniciadora.

33

O Prefeito do Município Alfa, logo após tomar posse, decidiu promover uma reforma no âmbito da sistemática previdenciária afeta aos servidores públicos municipais. O seu objetivo era apresentar à Câmara Municipal uma proposição legislativa que tratasse das seguintes matérias:

- I. previsão de que os ocupantes exclusivos de cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, estariam sujeitos ao regime geral de previdência social;
- II. instituição do regime próprio de previdência social dos servidores públicos municipais;
- III. requisitos de idade e tempo de contribuição diferenciados para a aposentadoria de servidores com deficiência, observadas as exigências estabelecidas.

Ao consultar sua assessoria em relação às matérias que podem integrar uma proposição legislativa de âmbito municipal e que estão em harmonia com a Constituição Federal de 1988, foi corretamente esclarecido ao Chefe do Poder Executivo que

- (A) todas podem integrá-la.
- (B) apenas a matéria descrita em I pode integrá-la.
- (C) apenas a matéria descrita em II pode integrá-la.
- (D) apenas as matérias descritas em I e III podem integrá-la.
- (E) apenas as matérias descritas em II e III podem integrá-la.

34

Pedro, Deputado Estadual junto à Assembleia Legislativa do Estado Alfa, almejava apresentar proposição legislativa a respeito de determinada temática. Após consultar a Constituição da República, constatou que a União pode legislar sobre a referida temática, o que gerou uma situação de dúvida em relação à competência legislativa de Alfa.

Ao consultar sua assessoria sobre a dúvida que nutria, foi corretamente esclarecido a Pedro que, na situação descrita, Alfa

- (A) somente tem competência plena para legislar sobre a temática caso inexista lei federal.
- (B) não pode legislar sobre a temática, sob pena de invadir a competência legislativa da União.
- (C) somente pode legislar sobre a temática caso haja autorização da União por meio de lei complementar.
- (D) pode legislar sobre a temática caso se trate de matéria de competência legislativa comum ou se houver autorização da União.
- (E) pode legislar sobre a temática se houver, conforme o caso, autorização da União por meio de lei complementar ou inexistência de lei federal sobre normas gerais.

35

João está no curso do seu primeiro mandato eletivo como governador do estado Alfa e almeja concorrer a um cargo na eleição a ser realizada no fim do último ano do seu mandato.

Ao analisar a sistemática constitucional, em relação a possíveis limitadores da sua capacidade eleitoral passiva, João concluiu corretamente que

- (A) pode concorrer a qualquer cargo eletivo, com exceção do cargo de governador do estado Alfa.
- (B) somente pode concorrer a um cargo eletivo no âmbito do Poder Legislativo, não do Poder Executivo.
- (C) somente pode concorrer ao cargo eletivo de governador do estado Alfa, quer se desincompatibilize, quer não.
- (D) para concorrer a outro cargo eletivo, que não o de governador do estado Alfa, deve se desincompatibilizar no prazo exigido.
- (E) está inabilitado para o exercício de outra função pública, mas pode concorrer mais uma vez, de modo consecutivo, na eleição para governador do estado Alfa.

36

O Governo do Estado de Roraima pretende dar cumprimento ao plano anual de contratações do exercício financeiro de 2025.

Entre as demandas, temos:

- a solicitação à iniciativa privada, mediante procedimento aberto, de apresentação de projetos com soluções inovadoras para redução da pobreza e da desigualdade nas regiões periféricas do Estado;
- a aquisição de painel B.I. dotado de funcionalidades adaptadas específica e individualmente para a realidade de cada órgão da administração superior do governo do Estado, a serem definidas durante o processo licitatório com os licitantes;
- o chamamento público de profissionais interessados na prestação de serviço de manutenção veicular, de acordo com condições padronizadas e critérios objetivos de distribuição da demanda.

No caso em tela, no que tange à lei de licitações (Lei nº 14.133/21), os instrumentos jurídicos corretos a serem adotados pelo Governo do Estado de Roraima são, respectivamente,

- (A) registro de preços, diálogo competitivo e manifestação de interesse.
- (B) manifestação de interesse, diálogo competitivo e credenciamento.
- (C) concorrência, leilão e diálogo competitivo.
- (D) pregão, sistema de registro de preços e credenciamento.
- (E) registro cadastral, pré-qualificação e credenciamento.

37

João, auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Estado Alfa, obteve, no curso de auditoria governamental, dados e informações sensíveis acerca dos potenciais beneficiários da política pública de combate ao uso de drogas desenvolvida pelo Estado Alfa.

Embora tais dados tenham recebido o devido tratamento pela equipe de auditoria, com a categorização como sigilosos no sistema da Corte, vieram a público por desídia de João, que divulgou em aplicativos de mensagens e redes sociais abertas.

Pedro, um dos beneficiários da referida política pública, teve sua vida severamente impactada pela divulgação de seu nome nas redes sociais, o que lhe acarretou danos morais e materiais, dos quais busca reparação na seara judicial.

Nesse contexto, em sede de responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar que Pedro deverá demandar

- (A) João, direta e exclusivamente, sendo sua responsabilidade de natureza objetiva.
- (B) o Tribunal de Contas do Estado Alfa, direta e exclusivamente, sendo sua responsabilidade de natureza objetiva.
- (C) o Estado Alfa, direta e exclusivamente, sendo sua responsabilidade de natureza objetiva.
- (D) o Estado Alfa e o Tribunal de Contas do Estado Alfa, solidariamente, sendo sua responsabilidade de natureza subjetiva.
- (E) o Estado Alfa, diretamente, e João, subsidiariamente, sendo a responsabilidade objetiva para ambos.

38

A Constituição Federal de 1988 atribuiu aos Tribunais de Contas o poder-dever de controle da administração pública, dotando-os de competências próprias e privativas.

Por meio de um conjunto de mecanismos delineados na legislação, as Cortes de Contas realizam o controle externo da gestão dos recursos públicos, responsabilizando gestores e garantindo a prevalência dos princípios democrático e republicano.

Entre as competências conferidas a esses órgãos, é correto incluir

- (A) o julgamento das contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, e a emissão de parecer prévio nas contas prestadas anualmente pelos prefeitos dos municípios jurisdicionados.
- (B) a anulação, se não atendida, da execução do ato impugnado, exclusivamente no âmbito dos municípios jurisdicionados, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa do Estado.
- (C) a missão de parecer prévio nas contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta do Estado e dos municípios jurisdicionados.
- (D) a realização, por iniciativa própria, de inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.
- (E) a apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

39

Bruno é auditor de controle externo do TCE-RR e exerce regularmente suas funções na Secretaria Geral de Controle Externo (SECEX).

Em paralelo à sua atuação perante a Corte de Contas, Bruno passou a integrar o Conselho de Administração de Sociedade de Economia Mista do Estado de Roraima, exercendo todas as atribuições que a função lhe exige.

Considerando as disposições da Lei Estadual nº 053, de 31 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Roraima, é correto afirmar que a atuação de Bruno como auditor da Corte de Contas e, concomitantemente, como integrante do Conselho de Administração da Sociedade de Economia Mista, é

- (A) proibida, sujeita à penalidade de demissão.
- (B) permitida, mas sujeita a afastamento da SECEX.
- (C) proibida, sujeita à penalidade de advertência.
- (D) permitida, não sujeita a qualquer penalidade.
- (E) proibida, sujeita à penalidade de suspensão.

40

Ana Clara, prefeita do município Alfa, nomeou para cargo em comissão em sua gestão a esposa de Carlos, prefeito do município Beta. Em contrapartida, Carlos nomeou o marido de Ana Clara, Fred, de forma a consolidar as designações recíprocas. Ambos os parentes nomeados executam funções meramente administrativas e de mesma envergadura.

Após desentendimentos frequentes entre Carlos e Fred, Ana Clara decide garantir um lugar cativo para seu marido no Município Alfa. Para isso, publica edital com 5 vagas para o cargo de Auditor de Controle Interno, concedendo vistas da íntegra da prova ao seu marido nas vésperas do certame.

Concluído o concurso, Fred alcançou a primeira posição, sendo nomeado e empossado em curto espaço de tempo.

Considerando as disposições da Lei nº 8.492/92, é correto afirmar que pelos atos de nomeação nos cargos em comissão e fraude no concurso público, Ana Clara será responsabilizada, respectivamente, por ato de improbidade administrativa que

- (A) causa prejuízo ao erário em ambos os casos, estando sujeita, entre outras sanções, à pena de suspensão dos direitos políticos até 12 anos.
- (B) causa prejuízo ao erário e importa enriquecimento ilícito, estando sujeita, entre outras sanções, respectivamente, às penas de suspensão dos direitos políticos até 12 anos e de suspensão dos direitos políticos até 14 anos.
- (C) atenta contra princípios da administração pública em ambos os casos, estando sujeita, entre outras sanções, à pena de pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração por ela percebida.
- (D) causa prejuízo ao erário e atenta contra princípios da Administração Pública, estando sujeita, entre outras sanções, respectivamente, às penas de suspensão dos direitos políticos até 12 anos e de pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração por ela percebida.
- (E) atenta contra princípios da Administração Pública e causa prejuízo ao erário, estando sujeita, entre outras sanções, respectivamente, às penas de pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração por ela percebida e suspensão dos direitos políticos até 12 anos.

Administração Pública

41

O Estado Neoweberiano (NWS) tornou-se um referencial importante para teorias e reformas na gestão pública. Baseado no conceito introduzido por Christopher Pollitt e Geert Bouckaert em 2004, ele representa uma evolução do paradigma da administração pública após o declínio da *New Public Management* (NPM) como modelo global.

O NWS é

- (A) uma versão completamente oposta ao modelo de burocracia weberiana, desconsiderando seus princípios originais.
- (B) uma adaptação do paradigma weberiano, incorporando elementos do NPM.
- (C) uma reprodução direta do NPM sem influências de outros modelos.
- (D) uma rejeição completa das críticas ao modelo de burocracia weberiana feitas pelos protagonistas do NPM.
- (E) um modelo exclusivamente anglo-americano, sem relevância para a Europa Continental.

42

Max Weber concebia uma administração pública eficiente como um sistema estruturado de cargos, em que os funcionários públicos, selecionados com base no mérito, atuariam seguindo princípios como impessoalidade, hierarquia, divisão do trabalho, dedicação exclusiva, progressão na carreira, utilização de registros escritos e conformidade com a legalidade.

A preocupação de Weber em relação à visão tecnocrática e racional da burocracia residia basicamente na

- (A) possibilidade de domínio e isolamento pelos *experts*, o que traria a necessidade de controle democrático.
- (B) dificuldade de implementar mudanças estruturais na administração pública.
- (C) ineficiência operacional dos funcionários públicos em contextos políticos.
- (D) resistência dos políticos em aceitar a presença de funcionários técnicos em cargos de liderança.
- (E) falta de distinção entre os papéis dos gestores e dos políticos no setor público.

43

O processo de elaboração de políticas públicas, também chamado de ciclo de políticas públicas, é um modelo de visualização e interpretação que organiza o desenvolvimento de uma política pública em etapas sequenciais e interdependentes.

Assinale a opção que apresenta uma característica das críticas ao modelo tradicional do ciclo de políticas públicas.

- (A) O ciclo de políticas públicas segue uma sequência linear e rígida de fases, começando com a identificação do problema e terminando com a avaliação.
- (B) A identificação do problema é sempre o ponto de partida no processo de formulação de políticas públicas.
- (C) O “modelo da lata do lixo” sugere que soluções podem preceder a identificação dos problemas.
- (D) Acadêmicos defendem que o ciclo de políticas públicas tem início claro e termina de forma definitiva após a avaliação.
- (E) A principal utilidade do ciclo de políticas públicas é descrever precisamente a dinâmica real de uma política pública em diferentes contextos.

44

Modelos de governança colaborativa destacam o papel das organizações da sociedade civil (OSCs), que oferecem conhecimento local, promovem participação ativa e fortalecem o controle social.

Nesse contexto, o governo assume a função de regulador e executor, criando um ambiente propício para a cooperação mútua e a implementação de ações mais inclusivas e eficientes.

Em relação ao papel das OSCs, é correto afirmar que

- (A) as OSCs surgem exclusivamente para competir com o setor privado pela oferta de bens públicos, buscando lucro econômico.
- (B) no modelo clássico, falhas de mercado justificam que as OSCs civis atuem em parceria direta com o governo na produção de bens privados.
- (C) em democracias, as OSCs assumem a responsabilidade de representar exclusivamente a opinião do eleitor médio.
- (D) a falha de mercado impede o governo de intervir na produção de bens públicos, justificando a ausência de OSCs.
- (E) as OSCs emergem para atender nichos de demanda por bens públicos que não são satisfeitos nem pelo mercado nem pelo governo.

45

A transparência na administração pública fortalece o controle social e a cidadania, enquanto as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) atuam como mediadoras essenciais na promoção da participação cidadã e na fiscalização das políticas públicas.

Acerca da relação entre transparência, capital social e capacidade das OSCs de mobilizar recursos, é correto afirmar que

- (A) a falta de confiança da sociedade não impacta as OSCs, desde que essas organizações mantenham relações sólidas com o governo.
- (B) a legitimidade social das OSCs depende exclusivamente da quantidade de recursos que conseguem mobilizar, não sendo influenciada pela confiança da sociedade.
- (C) o capital social, formado por relações intraorganizacionais, não influencia o desenvolvimento de políticas públicas pelas OSCs, mas contribui para aumentar sua visibilidade.
- (D) a escassez de recursos e a falta de confiança afetam negativamente a capacidade das OSCs de mobilizar recursos, destacando a importância da transparência e da prestação de contas.
- (E) a transparência e a prestação de contas são secundárias para a legitimidade social das OSCs, pois sua atuação é focada exclusivamente em resultados concretos.

46

A Gestão por Competências amplia a atuação da área de Gestão de Pessoas, tornando-a mais objetiva e alinhada às estratégias organizacionais e aos resultados esperados. Para seu sucesso, é essencial que as análises e soluções envolvam todos os níveis da organização, enquanto se identificam os direcionadores estratégicos — visão, missão, valores e objetivos — necessários para garantir produtividade e efetividade.

Assinale a opção que apresenta um indicador associado à competência “Administração de Conflitos”.

- (A) Concilia interesses para a busca de resultados comuns.
- (B) Distingue e prioriza o que é importante e urgente.
- (C) Cumpre as atividades dentro do prazo programado.
- (D) Avalia constantemente seu trabalho.
- (E) Administra os recursos disponíveis com eficácia.

47

O Decreto nº 9.203/2017 define os princípios da governança pública, reforçando a importância de boas práticas no setor público. Esse movimento tem intensificado as discussões sobre os pilares do ESG (ambiental, social e governança) e os diversos aspectos que envolvem o papel das organizações na promoção de responsabilidade e impacto positivo na sociedade.

Assinale a afirmativa correta acerca de como as questões ambientais são integradas à governança pública.

- (A) A governança pública prioriza o aspecto ambiental do ESG apenas em setores diretamente ligados à preservação do meio ambiente.
- (B) As áreas de *compliance*, ao integrarem questões ambientais, desenvolvem ações voltadas para a redução de riscos de danos ambientais associados às atividades organizacionais.
- (C) As práticas de governança pública incluem o aspecto ambiental apenas como uma exigência regulatória, sem impacto direto nas estratégias de *compliance*.
- (D) As áreas de *compliance* mantêm seu foco exclusivamente no combate à fraude e à corrupção, sem incorporar preocupações ambientais às suas práticas.
- (E) O aspecto ambiental do ESG é tratado de forma independente das práticas de governança pública e *compliance*, limitando-se às ações específicas de sustentabilidade.

48

Ao aproximar as decisões dos cidadãos e atender melhor às necessidades locais, a descentralização promove maior participação, *accountability* e legitimidade das políticas públicas.

Em relação ao modo como diferentes instrumentos podem influenciar a descentralização e a democracia em federações, assinale a afirmativa correta.

- (A) Decisões judiciais sempre fortalecem a descentralização ao promover maior autonomia às unidades constituintes.
- (B) Mudanças legislativas federais de caráter menos restritivo promovem centralização ao limitar as decisões das unidades constituintes.
- (C) A assinatura de acordos internacionais pelo governo central não interfere na autonomia das unidades constituintes, desde que as competências locais sejam preservadas.
- (D) A composição das transferências fiscais não tem impacto significativo na autonomia das unidades constituintes, pois são instrumentos essencialmente neutros.
- (E) Transferências fiscais incondicionadas aumentam a autonomia das unidades constituintes, enquanto transferências condicionadas tendem a centralizar o poder.

49

Os reflexos de uma democracia ainda em processo de amadurecimento no Brasil criam obstáculos para o controle social, que depende diretamente da participação.

Assinale a afirmativa correta sobre o papel da participação no exercício do controle social.

- (A) A participação é limitada aos mecanismos formais de plebiscito, referendo e iniciativa popular, excluindo instrumentos judiciais e administrativos.
- (B) A fiscalização das ações do Estado é exclusiva dos órgãos estatais, cabendo à sociedade apenas o acompanhamento passivo das decisões governamentais.
- (C) A participação inclui mecanismos diretos, como plebiscitos e audiências públicas, e instrumentos judiciais e administrativos, como denúncias ao Tribunal de Contas e Ministério Público.
- (D) O controle social depende exclusivamente da ação direta dos cidadãos, sendo dispensável a atuação de órgãos estatais no processo de correção de desvios.
- (E) A soberania popular restringe-se à atuação em Conselhos e audiências públicas, não contemplando a utilização de instrumentos judiciais ou administrativos.

50

A corrupção compromete a eficácia das políticas públicas, desviando recursos essenciais, enfraquecendo a confiança nas instituições e ampliando as desigualdades sociais.

Assinale a afirmativa correta acerca da abordagem necessária para o combate à corrupção.

- (A) O combate à corrupção é mais eficaz quando se concentra exclusivamente na aplicação de leis rigorosas e sanções punitivas.
- (B) A adoção de um modelo gerencialista é suficiente para garantir o controle da corrupção em instituições públicas.
- (C) A eficácia no combate à corrupção requer, além das leis, uma mudança nos valores que sustentam sua aplicação e eficácia, com participação ativa dos cidadãos.
- (D) Mecanismos burocráticos são capazes de combater a corrupção sem a necessidade de envolvimento da sociedade civil.
- (E) A perspectiva econômica e gerencialista é suficiente para alinhar os interesses do Estado e da sociedade no controle da corrupção.

Matemática Financeira e Estatística

51

Uma empresa fabrica dois tipos de produtos: A e B. Para produzir cinco unidades do produto A e oito unidades do produto B são necessárias 12 horas de trabalho de uma equipe com três trabalhadores.

Sabendo que a equipe foi ampliada para cinco trabalhadores e que o objetivo é produzir 15 unidades do produto A e 24 unidades do produto B, o número de horas de trabalho necessárias para cumprir o novo objetivo é igual a (arredonde para o inteiro mais próximo)

- (A) 20.
- (B) 21.
- (C) 22.
- (D) 24.
- (E) 26.

52

Uma pessoa investiu R\$ 5.000,00 em duas modalidades de aplicação por um período de 2 anos:

- Aplicação 1: Juros simples com taxa de 8% ao ano.
- Aplicação 2: Juros compostos com taxa de 6% ao ano.

A diferença entre os montantes da Aplicação 1 em relação à Aplicação 2 ao final do período será igual a

- (A) R\$ 175,00.
- (B) R\$ 180,00.
- (C) R\$ 182,00.
- (D) R\$ 204,00.
- (E) R\$ 240,00.

53

Uma empresa planeja obter um empréstimo no valor de R\$ 40.000,00, com pagamento único no final de 1 ano. O contrato oferece duas alternativas:

- Alternativa 1: Taxa nominal de 10% ao ano com capitalização semestral.
- Alternativa 2: Taxa efetiva anual de 10%.

A empresa opta pela Alternativa 1 e solicita um desconto racional (por dentro) para liquidar o valor presente do empréstimo hoje.

Nesse caso, o valor presente do empréstimo, considerando a alternativa escolhida, é

- (A) menor do que a alternativa preterida.
- (B) maior do que a alternativa preterida.
- (C) menor que R\$ 36.000,00.
- (D) maior que R\$ 37.000,00.
- (E) igual à alternativa preterida devido à equivalência das taxas.

54

Um investidor deseja acumular R\$ 20.000,00 ao final de dois anos, realizando depósitos anuais em uma conta que rende 10% ao ano. Ele tem duas opções de plano de investimento:

- Plano A: Depósitos anuais uniformes ao longo dos dois anos de forma que o montante final acumulado seja de R\$ 20.000,00.
- Plano B: Depósitos anuais variáveis, onde o primeiro depósito é de R\$ 9.000,00 e o segundo depósito é de R\$ 10.000,00.

Comparando os planos, as seguintes afirmativas estão corretas, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O Plano A gera o maior montante ao final dos dois anos.
- (B) O fator de acumulação do Plano A é igual a 1,21.
- (C) O valor do depósito anual uniforme no Plano A deve ser aproximadamente de R\$ 9.524,00.
- (D) O fator de acumulação do Plano B muda do 1º para o 2º ano.
- (E) O Plano B atinge o montante desejado de R\$ 20.000,00.

55

Um empréstimo de R\$ 12.000,00 deve ser quitado em três parcelas anuais, com uma taxa de juros de 10% ao ano. Comparando o Sistema Francês (Tabela PRICE) e o Sistema de Amortização Constante (SAC), avalie as afirmativas a seguir.

- I. No SAC, as parcelas totais diminuem ao longo do tempo.
- II. No PRICE, as parcelas totais permanecem fixas ao longo do tempo.
- III. A primeira parcela no SAC será maior que a primeira parcela no PRICE.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

56

Considere o seguinte conjunto de dados, que representa as notas de 10 alunos em uma avaliação:

7, 8, 6, 9, 10, 5, 7, 8, 6, 9.

A mediana, o desvio interquartil e o desvio absoluto médio são, respectivamente, iguais a

- (A) 7,5, 2,0 e 1,3.
- (B) 7,5, 3,0 e 1,3.
- (C) 7,5, 3,0 e 1,5.
- (D) 8,0, 3,0 e 13/11.
- (E) 8,0, 2,0 e 1,5.

57

Um pesquisador está analisando os tempos de reação (em segundos) de 15 participantes de um experimento.

A tabela a seguir mostra a distribuição dos tempos agrupados em classes:

Classe (segundos)	Frequência
0–2	3
2–4	4
4–6	5
6–8	2
8–10	1

Com base nos dados acima, deseja-se saber:

- Qual é a *classe modal* dos tempos de reação?
- Qual é a *amplitude total* dos tempos de reação?
- Se a média dos tempos de reação foi igual a 4,3 e o desvio padrão igual a 1,8, qual é o coeficiente de variação (CV)?

As respostas às perguntas 1, 2 e 3 são, respectivamente,

- (A) 4-6, 10,0 e 20,93%.
 (B) 4-6, 10,0 e 41,86%.
 (C) 4-6, 8,0 e 41,86%.
 (D) 2-4, 8,0 e 41,86%.
 (E) 2-4, 8,0 e 238,89%.

58

Considere as seguintes afirmações sobre probabilidade e seus axiomas:

- A probabilidade do espaço amostral S é igual a 1, ou seja, $P(S) = 1$.
- Se dois eventos A e B são mutuamente exclusivos, então a probabilidade de sua união é dada por $P(A \cup B) = P(A) + P(B)$.
- Se A e B são quaisquer eventos no espaço amostral, então $P(A^c) = 1 - P(A)$, em que A^c é o complementar de A .
- Se A e B são eventos independentes, então a probabilidade de sua interseção é zero.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
 (B) I, II e IV, apenas.
 (C) I e II, apenas.
 (D) II, III e IV, apenas.
 (E) I, II, III e IV.

59

Considere dois eventos A e B em um espaço amostral S . Sobre esses eventos, são feitas as seguintes afirmações:

- Dois eventos A e B são independentes se $P(A \cap B) = P(A) \cdot P(B)$.
- Se $P(A|B) = P(A)$, então A e B são independentes.
- A probabilidade condicional de A dado B é calculada por $P(A|B) = P(A \cap B)/P(B)$, desde que $P(B) > 0$.
- Se A e B forem mutuamente exclusivos, então $P(A|B) = 0$ para $P(B) > 0$.
- Eventos mutuamente exclusivos são sempre independentes.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I, II e III, apenas.
 (B) I, III e IV, apenas.
 (C) III, IV e V, apenas.
 (D) I, II, III e IV, apenas.
 (E) I, II, III, IV e V.

60

Com relação aos conceitos de estimação e testes de hipóteses, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () A estimativa pontual é obtida por meio de um intervalo de confiança que contém o valor estimado do parâmetro populacional com uma certa probabilidade, como 95%.
 () O erro tipo I ocorre quando rejeitamos a hipótese nula (H_0) quando, na verdade, ela é verdadeira.
 () No teste de hipóteses, a hipótese alternativa (H_1) é aceita sempre que o valor p -valor é maior que o nível de significância (α).

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
 (B) V – V – F.
 (C) V – F – F.
 (D) F – V – F.
 (E) F – F – F.

MÓDULO III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS AVANÇADOS

61

Nos termos da NBASP 12, o princípio pelo qual os Tribunais de Contas devem gerenciar suas operações com economicidade, eficiência, efetividade e em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, e informar publicamente estas questões, conforme o caso, é a

- (A) garantia de transparência e *accountability* dos Tribunais de Contas.
 (B) garantia de boa governança dos Tribunais de Contas.
 (C) sensibilidade a mudanças de ambiente e riscos emergentes.
 (D) salvaguarda da independência dos Tribunais de Contas.
 (E) busca de excelência e de qualidade do serviço.

62

Nos termos da NBASP 140, que estabelece as diretrizes para o controle de qualidade das auditorias realizadas pelos Tribunais de Contas, são elementos relevantes e que devem integrar um sistema de controle da qualidade nas auditorias do setor público, entre outros:

- (A) exigências éticas e investimento em tecnologia da informação.
 (B) recursos humanos e gestão de processos.
 (C) avaliação de riscos organizacionais e tecnologia da informação.
 (D) compromisso com o desempenho e recursos humanos.
 (E) sistemas de informação eficientes e pessoal capacitado.

63

Avalie se os seguintes princípios, relacionados ao processo de auditoria, integram a etapa de planejamento da auditoria.

- I. Os auditores devem assegurar que os termos da auditoria sejam claramente estabelecidos.
- II. Os auditores devem obter um entendimento da natureza da entidade ou do programa a ser auditado.
- III. Os auditores devem avaliar a evidência de auditoria e tirar conclusões.

Integra(m) de fato a etapa de planejamento da auditoria

- (A) III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

64

De acordo com os princípios fundamentais de auditoria do setor público, o relatório elaborado pelo auditor que precisa declarar os objetivos da auditoria e descrever como eles foram abordados na auditoria, inclusive indicando os achados e as conclusões sobre o objeto, podendo contar com propostas de recomendações, é desenvolvido no trabalho de

- (A) auditoria de certificação.
- (B) auditoria de consultoria.
- (C) auditoria de avaliação.
- (D) auditoria de relatório direto.
- (E) auditoria de investigação.

65

Sobre a documentação de auditoria, considere as afirmativas a seguir:

- I. Deve incluir uma estratégia de auditoria e um plano de auditoria.
- II. Deve ser suficientemente detalhada para permitir a um auditor experiente, sem nenhum conhecimento prévio da auditoria, entender a natureza, a época, o escopo e os resultados dos procedimentos executados.
- III. Deve registrar os procedimentos executados e a evidência obtida e apoiar a comunicação dos resultados da auditoria.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

66

No planejamento da auditoria, os auditores devem observar a seguinte orientação:

- (A) executar procedimentos de auditoria que forneçam evidência de auditoria suficiente e apropriada para respaldar o relatório de auditoria.
- (B) elaborar um relatório baseado nas conclusões alcançadas.
- (C) emitir opinião adversa quando for incapaz de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada acerca de certos itens do objeto que são ou podem ser relevantes.
- (D) avaliar a qualidade e suficiência das evidências de auditoria e tirar conclusões.
- (E) identificar e avaliar os riscos de fraude relevantes para os objetivos da auditoria.

67

No curso de uma gincana jurídica, os grupos Alfa, Beta e Gama foram instados a se pronunciar sobre características e distinções dos institutos da intervenção federal, do estado de defesa e do estado de sítio. O grupo Alfa defendeu que os três institutos apresentam, em comum, a necessidade de a sua decretação ser sempre apreciada pelo Poder Legislativo *a posteriori*, mas ressaltou que somente os dois últimos podem acarretar restrições para os direitos fundamentais.

O grupo Beta defendeu que, no primeiro instituto, o Chefe do Poder executivo somente pode atuar se provocado, enquanto que os dois últimos, presentes os requisitos exigidos, podem ser decretados de maneira espontânea. Por fim, o grupo Gama sustentou que o primeiro instituto não pode alcançar os municípios situados nos Estados, e em relação aos dois últimos, assim que cessarem, o Chefe do Poder Executivo deve relatar, ao Congresso Nacional, as medidas aplicadas durante sua vigência.

Ao fim da gincana, os jurados concluíram corretamente que

- (A) os grupos Alfa, Beta e Gama estão parcialmente certos.
- (B) os grupos Alfa e Beta estão parcialmente certos, enquanto o grupo Gama está totalmente certo.
- (C) o grupo Alfa está parcialmente certo, enquanto os grupos Beta e Gama estão totalmente errados.
- (D) o grupo Alfa está totalmente errado, enquanto os grupos Beta e Gama estão parcialmente errados.
- (E) o grupo Alfa está totalmente certo, o grupo Beta totalmente errado, e o grupo Gama parcialmente certo.

68

Determinado órgão jurisdicional de primeira instância do País Alfa expediu solicitação de que certo ato processual fosse praticado no território brasileiro.

O embaixador do referido País, que não celebrara tratado sobre a temática com a República Federativa do Brasil, ao tomar conhecimento da expedição da solicitação, observou corretamente que ela deve ser direcionada

- (A) a um juiz federal, que avaliará a observância dos requisitos exigidos e, se for o caso, lhe dará cumprimento.
- (B) ao Supremo Tribunal Federal, que avaliará a observância dos requisitos exigidos, de modo a autorizar o seu cumprimento.
- (C) ao Superior Tribunal de Justiça, que avaliará a observância dos requisitos exigidos, de modo a autorizar o seu cumprimento.
- (D) ao Ministro da Justiça, que avaliará a observância dos requisitos exigidos, de modo a autorizar o seu cumprimento por um juiz federal.
- (E) ao Ministro das Relações Exteriores, que avaliará a observância dos requisitos exigidos e solicitará o seu cumprimento pelo Supremo Tribunal Federal.

69

O Tribunal de Contas do Estado Alfa (TCEA), ao julgar processo de tomada de contas, constatou o desvio doloso de recursos públicos por parte de João, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no Município Beta, acrescentando, no respectivo acórdão, que sua conduta se enquadraria como ato de improbidade administrativa. Por tal razão, realizou a imputação de débito e aplicou a João a sanção de multa.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- (A) o TCEA não tinha competência para aplicar a sanção de multa a João.
- (B) o Estado Alfa somente tem legitimidade para executar o crédito concernente à multa.
- (C) o Município Beta somente tem legitimidade para executar o crédito concernente à imputação de débito.
- (D) o Estado Alfa tem legitimidade para executar tanto o crédito concernente à imputação de débito, como aquele afeto à multa.
- (E) a ação para o ressarcimento do dano que João causou a Beta, com base no título executivo formado pela decisão do TCEA, é prescritível.

70

No âmbito do Estado Alfa, que se notabilizou pela excelência da produção agropecuária, um expressivo grupo de parlamentares apresentou projeto de lei disciplinando o procedimento a ser adotado, pela empresa pública estadual, que integra a administração pública indireta do Poder Executivo e atua em prol do desenvolvimento agrícola do Estado, para a retirada dos animais mortos das propriedades rurais e a correlata destinação. O projeto foi aprovado por larga maioria pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo Governador do Estado, daí resultando a Lei estadual nº X.

Irresignado, o Partido Político Sigma solicitou que sua assessoria analisasse a conformidade desse diploma normativo com a Constituição da República, sendo corretamente esclarecido que ele versa sobre matéria de competência legislativa

- (A) municipal, sendo, portanto, inconstitucional.
- (B) residual de Alfa, sendo, portanto, constitucional.
- (C) concorrente, mas há vício de iniciativa, sendo, portanto, inconstitucional.
- (D) comum, mas afronta o direito de propriedade, sendo, portanto, inconstitucional.
- (E) privativa da União, sendo insuscetível, portanto, de ser delegada a Alfa, logo, é inconstitucional.

71

João, com 30 (trinta) anos de idade, pretendia concorrer ao cargo eletivo de governador do Estado Alfa, mas tinha dúvida se preenchia as condições de elegibilidade previstas na Constituição da República. Afinal, nascera no território libanês quando seus genitores, Anne, alemã naturalizada brasileira, e Johan, de nacionalidade espanhola, ali se encontravam a serviço da embaixada espanhola. Ao atingir a maioridade, João requereu e obteve a nacionalidade albanesa, somente decidindo residir no território brasileiro há um ano.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que João

- (A) pode concorrer ao cargo eletivo, desde que opte pela nacionalidade brasileira.
- (B) apesar de ter a nacionalidade brasileira, não pode concorrer ao cargo eletivo por não ter a idade mínima exigida.
- (C) pode concorrer ao cargo eletivo, desde que obtenha a nacionalidade brasileira pelo processo de naturalização.
- (D) ainda que obtenha a nacionalidade brasileira pelo processo de naturalização, não pode concorrer ao cargo eletivo, pois não é brasileiro nato.
- (E) ao se naturalizar albanês, perdeu a nacionalidade brasileira, e, embora possa se naturalizar brasileiro, não tem a idade mínima para concorrer ao cargo eletivo.

72

Depois de verificar as definições relacionadas à qualidade da informação no âmbito da Lei nº 12.527/2011, Neusa constatou que, entre elas, existe aquela condizente com a informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações e outra atinente à informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

Nesse contexto, tais qualidades correspondem, respectivamente,

- (A) a primariedade e a integridade.
- (B) a disponibilidade e a autenticidade.
- (C) a integridade e a disponibilidade.
- (D) a autenticidade e a primariedade.
- (E) a essencialidade e a autenticidade.

73

Considerando os contornos da Administração Pública na atual redação da Constituição de 1988, apenas duas Agências Reguladoras têm fundamento específico na Lei Maior, no sentido de que suas atividades são apontadas como submetidas à competência regulatória, mediante a expressão órgão regulador, sendo certo que as demais tem fundamento no Art. 174 da CRFB/88, que não pormenoriza os respectivos setores de atuação. Nesse contexto, assinale a opção que identifica corretamente as Agências Reguladoras que têm fundamento específico na Lei Maior.

- (A) Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
- (B) Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.
- (C) Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.
- (D) Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.
- (E) Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP e Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

74

Domingos praticou conduta que configura ato de improbidade que importa em lesão ao erário, sendo certo que tal conduta está sujeita às penalidades previstas na Lei Complementar Estadual nº 53/2001 (Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Roraima) e na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021).

Considerando as circunstâncias narradas, assinale a afirmativa correta acerca da(s) penalidade(s) que pode(m) ser aplicadas a Domingos em decorrência de processo administrativo disciplinar.

- (A) Na esfera administrativa apenas pode ser aplicada a Domingos a penalidade de demissão, considerando que as demais sanções previstas na Lei de Improbidade estão submetidas à reserva de jurisdição.
- (B) As penalidades de perda da função pública e de multa de até cinco vezes o valor do dano previstas na Lei de Improbidade, podem ser aplicadas a Domingos como resultado do processo administrativo disciplinar.
- (C) Somente a sanção de suspensão de direitos políticos pelo prazo de até 12 (doze) anos prevista na Lei de Improbidade não pode ser aplicada a Domingos no âmbito do processo administrativo disciplinar.
- (D) Não é possível a aplicação a Domingos de nenhuma penalidade em sede administrativa em decorrência da caracterização do ato de improbidade administrativa, na medida em que tal conduta não é tipificada como infração funcional.
- (E) Todas as penalidades previstas na Lei de Improbidade, podem ser aplicadas a Domingos na esfera administrativa, diante da caracterização de ato de improbidade que causa lesão ao erário.

75

Instada a se manifestar acerca das peculiaridades atinentes à licitação dispensável em razão do valor da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, Daniela afirmou corretamente que

- (A) o parâmetro estabelecido para as compras é igual àquele indicado para a contratação de serviços de manutenção de veículos automotores.
- (B) o somatório dos dispêndios realizados no exercício financeiro pela unidade gestora é desinfluyente para a aferição de tais limites.
- (C) tais contratações serão preferencialmente pagas por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- (D) é vedada a divulgação em sítio eletrônico acerca das contratações diretas com base no valor, não se cogitando de obter propostas adicionais de eventuais interessados.
- (E) os parâmetros indicados em lei para tais contratações serão triplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

76

Florinda é engenheira com pós-doutorado, e foi investida no cargo de professora de determinada Universidade Federal, mediante a realização de concurso público.

Ocorre que Florinda pretende estudar com vistas a ser aprovada em novo concurso público, que não seja para a atividade de professora, no intuito de acumular o mencionado cargo com outro de caráter eminentemente técnico, que exige graduação superior, na sua área de atuação junto a determinado Estado da Federação, para o qual há compatibilidade de horário.

Diante dessa situação hipotética, considerando as hipóteses de acumulação de cargos previstas na CRFB/88, assinale a afirmativa correta.

- (A) Florinda apenas poderia acumular o seu cargo de professora com emprego público para a atividade técnica ou científica em qualquer ente da federação, pois a vedação à acumulação se restringe aos cargos.
- (B) Florinda apenas poderia acumular o cargo de professora que ocupa com outro cargo integrante da carreira do Magistério, não sendo cabível a acumulação para o intuito por ela almejado.
- (C) Florinda poderia acumular o seu cargo de professora com outro cargo técnico ou científico, diante da exceção constitucional, que não restringe tal possibilidade ao mesmo ente federativo.
- (D) Florinda é servidora pública federal, de modo que somente poderia acumular o cargo de professora que ocupa com outro cargo em âmbito federal, incluindo aqueles que exerçam atividade meramente burocrática.
- (E) Florinda pode acumular o seu cargo de professora com qualquer outro cargo na Administração Pública de qualquer dos entes federativos, pois a regra constitucional é no sentido de admitir a acumulação dos cargos públicos independentemente de suas atribuições.

77

Em março de 2020, Pedro, casado com Ana pelo regime da comunhão parcial de bens desde 2005, formalizou a venda de uma fazenda avaliada em R\$ 3.000.000,00 a seu irmão Lucas pelo valor de R\$ 200.000,00. No entanto, Pedro continuou utilizando a fazenda normalmente, auferindo renda das atividades agrícolas como se ainda fosse o proprietário. Não houve efetiva entrega do valor acordado, e Ana, esposa de Pedro, não teve ciência do negócio até abril de 2024, quando ocorreu o divórcio do casal. Diante do fato, Ana procura advogado especializado para saber seus direitos, pois a fazenda foi adquirida na constância do casamento e ela nunca teve ciência do negócio celebrado entre os irmãos.

Com base na situação apresentada e nos dispositivos legais aplicáveis, é correto afirmar que o negócio jurídico celebrado entre Pedro e Lucas

- (A) é anulável em razão da falta de outorga de Ana, no prazo decadencial de 2 anos a partir do conhecimento do fato.
- (B) seria anulável por conta do vício de lesão, em razão da venda do imóvel por valor manifestamente inferior ao avaliado, mas já ocorreu a decadência.
- (C) é nulo, mas poderá ser confirmado se Lucas complementar o valor do bem para corresponder ao preço justo.
- (D) é válido, porém ineficaz em relação à Ana, que poderá reivindicar sua meação sobre o imóvel.
- (E) é nulo, pois caracteriza simulação absoluta, não sendo passível de confirmação.

78

Em 2022, Júlia adquiriu uma fazenda que incluía um moinho de vento utilizado para bombear água e irrigar as plantações. O moinho estava fixado ao solo, mas, devido a problemas de manutenção, Júlia contratou uma empresa para removê-lo temporariamente e realizar os reparos necessários. Durante o período de manutenção, Júlia decidiu vender a fazenda de “porteira fechada”, mas não mencionou o moinho na escritura de venda. Após a venda, o comprador reivindicou a entrega do moinho, alegando que ele fazia parte da fazenda.

Com base no Código Civil, o moinho é

- (A) um bem móvel, pois foi destacado do solo para manutenção e, portanto, não integra a fazenda vendida.
- (B) um bem imóvel por natureza, e sua retirada para manutenção não altera essa classificação. Assim, ele integra a venda da fazenda, salvo disposição expressa em contrário.
- (C) considerado bem imóvel por acessão, mas sua retirada temporária o torna um bem móvel, que pode ser negociado separadamente de forma legítima.
- (D) um bem imóvel por acessão e, mesmo retirado temporariamente, mantém essa característica, devendo ser entregue ao comprador da fazenda, salvo cláusula expressa em contrário na escritura.
- (E) uma pertença e, dada a sua natureza, não integra a fazenda vendida.

79

Carlos, Eduardo e Fernanda celebraram um contrato de empréstimo com João, no valor total de R\$ 90.000,00. No contrato, os três devedores se obrigaram solidariamente ao pagamento da dívida em favor de João, estabelecendo que o vencimento da obrigação ocorreria em 30 de dezembro de 2023. Antes do vencimento, Fernanda quitou R\$ 30.000,00, mas a dívida restante não foi paga na data ajustada. João então ingressou com uma ação judicial cobrando de Carlos o valor total de R\$ 60.000,00 ainda pendente, o que gerou questionamentos entre os devedores sobre a divisão da obrigação e o direito de João.

Com base no Código Civil Brasileiro, é correto afirmar que

- (A) João não pode cobrar o valor total da dívida de Carlos, pois ele só é responsável pela sua parte na obrigação, ou seja, R\$ 30.000,00, conforme o princípio da divisão entre devedores solidários.
- (B) João pode exigir de Carlos o pagamento integral da dívida remanescente, pois a solidariedade passiva permite que o credor cobre a totalidade de qualquer um dos devedores.
- (C) João só pode cobrar o valor remanescente de Fernanda, pois ela já realizou um pagamento parcial, e a solidariedade passiva deixa de existir em relação aos demais devedores.
- (D) Carlos pode recusar-se a pagar a dívida até que João cobre igualmente os valores devidos de Eduardo e Fernanda, já que a solidariedade exige divisão proporcional.
- (E) se Carlos pagar integralmente os R\$ 60.000,00, ele não terá direito de regresso contra Eduardo e Fernanda, pois a solidariedade passiva implica renúncia ao direito de regresso.

80

A Lei nº XXXX/2024, que alterou as regras de prescrição para o reconhecimento de direitos possessórios, entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2024. Essa nova legislação diminuiu o prazo prescricional para ações reivindicatórias de propriedades imobiliárias de 10 para 5 anos. No entanto, um caso interessante surgiu quando um proprietário, que adquiriu um imóvel em 2016 mas nunca tomou posse, entrou com uma ação reivindicatória contra o atual possuidor em 15 de junho de 2024. Ele argumentou que o prazo prescricional anterior ainda estava em vigor quando a nova lei foi promulgada.

Em resposta, o réu propôs que a nova lei deveria ser aplicada retroativamente, alegando que o prazo já havia sido reduzido, o que extinguiria o direito do autor à ação.

Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), assinale a afirmativa correta.

- (A) A nova lei por ser mais benéfica deve ser aplicada imediatamente, podendo atingir eventual direito adquirido.
- (B) A aplicação da nova lei depende da comprovação de boa-fé subjetiva do réu, que deverá ser feita imediatamente.
- (C) A lei antiga deve ser aplicada, desde que o autor da ação demonstre a má-fé do réu, em razão do princípio da boa-fé objetiva.
- (D) A nova lei não pode violar o direito adquirido, a coisa julgada ou o ato jurídico, a fim de garantir a segurança jurídica.
- (E) A nova lei se aplica a prescrição que é matéria de ordem pública, podendo, excepcionalmente, violar o direito adquirido.

81

Em meio a uma festividade no renomado Hotel Sol da Primavera, um hóspede, após discutir com sua esposa, atirou uma garrafa de vidro da varanda do seu quarto. Infelizmente, a garrafa acertou um transeunte que passava pela calçada em frente ao hotel, provocando-lhe graves ferimentos que forçaram a necessidade de hospitalização e a consequente interrupção de suas atividades laborais. Em decorrência do episódio, a vítima processou o Hotel Sol da Primavera, argumentando que, como fornecedor de serviços de hospedagem, o hotel deveria ser responsável pelos danos sofridos, devido ao seu compromisso de assegurar a segurança de terceiros que possam ser impactados por suas atividades.

Em sua defesa, o hotel sustentou que não detinha responsabilidade, alegando que o dano foi causado unicamente por um terceiro e que, nesse cenário, o comportamento imprevisto do hóspede estaria fora de seu controle.

Diante do exposto, e à luz da legislação e dos princípios aplicáveis à responsabilidade civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) O hotel tem responsabilidade objetiva pelos danos causados pelos seus hóspedes, assegurado o direito de regresso.
- (B) A responsabilidade é exclusiva do hóspede, que responde na modalidade subjetiva.
- (C) O hotel responderia pelos danos causados pelo hóspede, se a vítima fosse consumidora em sentido estrito.
- (D) O hóspede deve ser considerado terceiro em relação ao hotel, sendo que a sua conduta exclui o nexo causal.
- (E) A responsabilidade do hotel pelos danos causados por seus hóspedes é subjetiva, quando a vítima não é considerada consumidora.

82

Em 2021, Gertrudes adquiriu, de boa-fé, um imóvel rural mediante contrato de compra e venda. Posteriormente, em 2023, descobriu que o vendedor não detinha a titularidade do domínio. Durante o período em que acreditava ser proprietária legítima, Gertrudes realizou no imóvel diversas benfeitorias, classificadas como necessárias, úteis e voluptuárias, tais como: instalação de cercas de proteção, construção de uma casa de alvenaria e de um lago ornamental.

Em 2024, o verdadeiro proprietário ajuizou ação reivindicatória, obtendo sentença favorável que determinou a restituição do imóvel. Ao ser intimada a desocupar o bem, Gertrudes requereu indenização pelas benfeitorias realizadas e o direito de retenção até o recebimento do valor correspondente.

Considerando a situação hipotética apresentada, é correto afirmar que

- (A) o possuidor de boa-fé é obrigado a compensar o legítimo proprietário pelos frutos obtidos durante o período de posse, no entanto, as despesas de manutenção e investimento devem ser deduzidas.
- (B) durante a posse de boa-fé, o possuidor é responsável pela perda ou danos à coisa, mesmo que sejam acidentais ou imprevistos, a menos que possa demonstrar que as mesmas circunstâncias teriam ocorrido se o objeto estivesse na posse do reclamante.
- (C) o possuidor de boa-fé faz jus à indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis realizadas; em relação às benfeitorias voluptuárias, caso não sejam indenizadas, podem ser levantadas, desde que não haja detrimento da coisa.
- (D) o possuidor de boa-fé é responsável por todos os frutos colhidos e percebidos, assim como por aqueles que, por sua culpa, deixou de perceber. No entanto, assiste-lhe o direito ao ressarcimento das despesas de custeio e produção.
- (E) os frutos pendentes no momento em que cessar a boa-fé pertencem ao possuidor, cabendo ao legítimo proprietário indenizá-los pelo valor de mercado, acrescido das despesas de produção e custeio.

83

O Município X firmou um convênio com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) para implementar um programa de habitação destinado a jovens em situação de vulnerabilidade.

Após a celebração do convênio, o Município recebeu a primeira parcela dos recursos e iniciou as atividades previstas. No entanto, devido a problemas administrativos, o Município não prestou contas dos recursos recebidos no prazo estabelecido, o que levou o MDHC a suspender os repasses subsequentes.

Com base na legislação de transferências voluntárias, assinale a afirmativa correta.

- (A) O MDHC não pode suspender os repasses de recursos, mesmo que o Município não tenha prestado contas no prazo estabelecido.
- (B) A falta de prestação de contas pelo Município não é motivação válida para a suspensão dos repasses de recursos, devendo a União retomar as transferências.
- (C) Os repasses devem ser definitivamente suspensos, independentemente da regularização da prestação de contas pelo Município, sendo necessário um novo convênio para retomada do programa.
- (D) O MDHC deve retomar os repasses após a regularização da prestação de contas, desde que o Município cumpra os demais requisitos exigidos, como estar em dia com tributos e comprovar o cumprimento dos limites constitucionais.
- (E) O Município pode usar os recursos recebidos para qualquer finalidade, desde que relacionados a ações de educação, saúde ou assistência social.

84

No final do ano de 2022 o Supremo Tribunal Federal julgou, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, o denominado “orçamento secreto”.

De acordo com a decisão, o orçamento secreto é

- (A) constitucional, pois as emendas do Relator possuem autorização constitucional e objetivam viabilizar aos congressistas a oportunidade de atender diretamente as reivindicações mais concretas e urgentes da população que representam.
- (B) inconstitucional, pois as emendas do Relator ocultam os efetivos requerentes da despesa, atribuindo todas as despesas à pessoa do Relator-Geral do orçamento.
- (C) inconstitucional, pois as emendas do Relator, apesar de terem previsão constitucional, foram desvirtuadas para serem utilizadas em favor das prioridades eleitoreiras.
- (D) inconstitucional, pois utiliza indevidamente as emendas do Relator-Geral, previstas na Constituição, para inclusão de novas despesas públicas.
- (E) constitucional, pois a apresentação de ementas ao projeto de lei orçamentária constitui prerrogativa constitucional dos membros do Congresso Nacional.

85

Durante a tramitação do projeto de lei orçamentária anual no Congresso Nacional, um Deputado Federal apresentou uma emenda ao projeto propondo o remanejamento de recursos destinados ao pagamento de servidores públicos para a construção de uma nova ponte em seu Estado.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) emitiu parecer contrário à emenda.

Com base no caso descrito e na Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A emenda apresentada pelo Deputado é válida, pois os parlamentares têm autonomia para propor alterações orçamentárias independentemente da natureza das dotações envolvidas.
- (B) A emenda não é válida, pois é vedada a anulação de dotações destinadas ao pagamento de pessoal para fins de remanejamento de recursos.
- (C) A emenda poderia ser aprovada caso a anulação de despesas recaísse sobre transferências constitucionais aos Estados e Municípios, que não possuem restrição constitucional para esse fim.
- (D) A emenda apresentada pelo deputado é válida, desde que a construção da ponte esteja prevista no plano plurianual e seja compatível com a lei de diretrizes orçamentárias, mesmo que os recursos sejam oriundos de dotações para pessoal.
- (E) A Comissão Mista não tem competência para emitir pareceres sobre emendas ao projeto de lei orçamentária anual, limitando-se a apreciar apenas os projetos de planos plurianuais e diretrizes orçamentárias.

86

O Município de Alfa enfrentou, no meio do exercício financeiro, a necessidade de implementar novas ações na área de saúde pública, em razão de uma epidemia inesperada.

Para isso, o Prefeito enviou ao Poder Legislativo um projeto de lei para abertura de créditos adicionais destinados a financiar as despesas, propondo o cancelamento de recursos inicialmente alocados para a construção de um novo centro esportivo. Um vereador questionou a legalidade da proposta, alegando que as programações orçamentárias deveriam ser integralmente executadas, conforme prevê a Constituição.

Com base no caso apresentado e na legislação aplicável, assinale a alternativa correta.

- (A) O cancelamento de recursos alocados no orçamento anual para abertura de créditos adicionais é inconstitucional, pois a administração tem o dever de executar integralmente as programações orçamentárias previstas no início do exercício financeiro.
- (B) A proposta do prefeito é válida, desde que o cancelamento dos recursos respeite as metas fiscais e limites de despesas estabelecidos na legislação.
- (C) O cancelamento de programações orçamentárias para abertura de créditos adicionais é permitido exclusivamente em situações de calamidade pública reconhecida por decreto legislativo.
- (D) A administração não pode cancelar despesas discricionárias para abertura de créditos adicionais, pois a Constituição Federal veda essa prática para despesas primárias discricionárias.
- (E) A proposta do Prefeito é válida apenas se houver justificativa técnica que comprove o impedimento para a execução do orçamento inicial.

87

O Município de Beta enfrentou, no meio do exercício financeiro, uma situação de calamidade pública devido a enchentes que destruíram diversas infraestruturas essenciais.

O Prefeito editou um decreto para abertura de crédito extraordinário, sem autorização legislativa, visando a reconstrução emergencial de pontes e estradas. Um Vereador questionou a constitucionalidade do ato.

Com base no caso descrito e no disposto na Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O decreto do Prefeito é inconstitucional, pois a abertura de qualquer crédito adicional, incluindo os extraordinários, exige a indicação dos recursos correspondentes.
- (B) A abertura de crédito extraordinário por decreto executivo é inconstitucional, pois a Constituição não admite exceções à necessidade de autorização legislativa para créditos adicionais.
- (C) A abertura de crédito extraordinário sem autorização legislativa só seria válida se destinada exclusivamente à saúde pública, pois essa área possui prioridade constitucional.
- (D) O decreto do Prefeito é válido, desde que a calamidade tenha sido previamente reconhecida pelo Legislativo municipal e o crédito extraordinário seja ratificado na próxima sessão legislativa.
- (E) O ato do Prefeito é constitucional, pois a Constituição Federal permite a abertura de crédito extraordinário por decreto executivo em situações de despesas imprevisíveis e urgentes, como calamidades públicas.

88

As regras de sigilo fiscal previstas no Código Tributário Nacional (CTN) impedem a divulgação, pela Fazenda Pública, de determinadas informações relativas ao contribuinte.

Estão resguardadas pelo sigilo fiscal as informações sobre

- (A) inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.
- (B) situação econômica ou financeira do contribuinte.
- (C) parcelamento ou moratória.
- (D) incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica.
- (E) representação fiscal para fins penais.

89

Sobre a interrupção do prazo prescricional para a ação de cobrança do crédito tributário, com base na redação atual do CTN, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O protesto extrajudicial interrompe a prescrição.
- () O despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal não interrompe a prescrição, sendo necessária a efetiva citação, ainda que por edital, do devedor.
- () Qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor, interrompe a prescrição.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) F – F – V.
- (C) V – V – V.
- (D) F – F – F.
- (E) F – V – F.

90

Com relação à competência tributária, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Estado pode instituir imposto sobre a exportação de produtos nacionais ou nacionalizados quando a exportação ocorrer de um Estado para outro Estado da Federação.
- (B) A União pode, mediante lei complementar, instituir impostos residuais, na iminência ou no caso de guerra externa, para fazer frente às despesas extraordinárias dela decorrentes.
- (C) Os Estados e os Municípios podem instituir contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.
- (D) Os Estados e o Distrito Federal podem instituir contribuições de intervenção no domínio econômico para custear as atividades de suas agências reguladoras.
- (E) Somente a União pode instituir impostos residuais, empréstimos compulsórios e contribuições de intervenção no domínio econômico.

91

João, pessoa física, aposentado, que não exerce atividade profissional ou empresarial, alienou seu imóvel, com todos os bens móveis e utensílios domésticos que o guarneciam. João também transferiu vultosos recursos financeiros de que dispunha para seu único filho, José. Por fim, efetuou a doação de um pequeno terreno para Maria, namorada de José, onde Maria, com a anuência de João, organiza pequenos eventos para exposição de artesanatos. A doação foi feita em contemplação de casamento futuro com José.

Com relação à situação hipotética acima, assinale a afirmativa correta acerca de tributos que, em tese, poderiam incidir sobre as situações narradas.

- (A) É possível, em tese, a incidência do ITBI sobre a venda do imóvel e também sobre a doação do terreno, pois realizada em contemplação de casamento futuro com certa e determinada pessoa.
- (B) É possível, em tese, a incidência do ITBI sobre a transmissão onerosa do bem imóvel, bem como do ICMS sobre a circulação dos bens móveis, por expressa previsão constitucional.
- (C) É possível a incidência do PIS e da COFINS sobre a receita obtida com a venda de bem imóvel por pessoa física.
- (D) É possível, em tese, a incidência de IRPF sobre o lucro imobiliário na venda do bem imóvel e do ITCMD sobre os recursos financeiros transferidos de João para José.
- (E) É possível, em tese, a incidência do ITCMD sobre a venda do bem imóvel e sobre a doação do terreno.

92

A sociedade empresária XYZ Ltda. adotou algumas medidas para resolver suas pendências fiscais. Em virtude de calamidade pública ocorrida no Município de sua sede, a sociedade requereu moratória de seus débitos municipais, conforme previsto em lei municipal. A sociedade também ajuizou ação anulatória e obteve decisão judicial favorável que suspendeu a exigibilidade dos débitos considerados prescritos. Por fim, confessou e parcelou o restante da dívida.

Considerando a situação acima descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pedido de moratória suspende a exigibilidade do crédito tributário, sob condição resolutória da ulterior homologação do pedido, por parte da Fazenda Pública.
- (B) A concessão de antecipação dos efeitos da tutela, para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário pressupõe o depósito integral e em dinheiro da quantia devida.
- (C) A prescrição, em matéria tributária, extingue o crédito, mas não a obrigação tributária. Desse modo, embora a dívida não seja passível de cobrança judicial ou extrajudicial, seria possível a inclusão do devedor em plataforma de negociação de débito, até que haja a quitação da dívida.
- (D) A confissão da dívida não inibe o questionamento judicial da obrigação tributária, no que se refere aos seus aspectos jurídicos e fáticos. Desse modo, em regra, seria possível rever judicialmente a confissão de dívida efetuada com o escopo de obter o parcelamento tributário.
- (E) A concessão da moratória, da decisão judicial e do parcelamento suspendem a exigibilidade do crédito tributário, de modo que o contribuinte fará jus à expedição da certidão positiva com efeitos de negativa, ainda que nessas hipóteses não haja eventual garantia de pagamento futuro.

93

Carência é o tempo mínimo necessário para que o segurado possa receber um benefício previdenciário. De acordo com a Lei, alguns benefícios dependem de carência e outros, não.

Das situações abaixo indicadas, assinale aquela que contempla um benefício que **não** exige carência.

- (A) Maria, que é dona de casa e pretende receber salário-maternidade.
- (B) João, que é empregado num restaurante, pai de uma criança de 10 anos de idade e pretende receber salário-família.
- (C) Denise, que é titular de uma empresa e pretende receber auxílio por incapacidade temporária comum (previdenciário).
- (D) Carlos, empregado que recebe um salário mínimo, foi condenado a oito anos de prisão em regime fechado e pretende que seus dependentes recebam auxílio-reclusão.
- (E) Janusa, empregada de um laboratório e que possui doença degenerativa em estado avançado e irreversível, que pretende receber aposentadoria por incapacidade permanente.

94

Fernando é aposentado pelo INSS desde 2015, sendo o valor de sua aposentadoria de um salário mínimo, sua única fonte de renda. Como os gastos com medicamentos e plano de saúde aumentaram, Fernando resolveu em 2022 buscar uma nova fonte de renda. Foi contratado como assistente administrativo numa sociedade empresária, ganhando um salário mínimo. Fernando se comoveu com a história de um bebê que foi abandonado pelos pais, e assumiu o desafio de criá-lo. Para tanto, conseguiu na justiça a adoção da criança em 2023. No ano de 2024, Fernando adoeceu e teve de permanecer 45 dias afastado.

Considerando os fatos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Fernando não poderá acumular a aposentadoria com o auxílio por incapacidade temporária.
- (B) Fernando não poderá acumular a aposentadoria com o salário-família.
- (C) O segurado tem direito à aposentadoria e ao auxílio por incapacidade temporária a partir do 16º dia de afastamento.
- (D) Fernando não poderá acumular a aposentadoria com o auxílio por incapacidade temporária nem com o salário-família.
- (E) O segurado deverá optar entre o recebimento da aposentadoria e o do auxílio por incapacidade temporária.

95

Júlia se orgulha de somente ter exercido atividade num estaleiro privado. As condições gravosas de trabalho no estaleiro permitiram que Júlia conseguisse aposentadoria especial pelo INSS após 20 anos de serviço, tendo cumprido todos os demais requisitos legais. Júlia afastou-se do serviço tão logo se aposentou e, com o tempo livre, dividia-se entre atividades de lazer e estudo. Dedicada, Júlia leu vários livros, fez vários cursos e em 2024 foi aprovada no concurso para o Tribunal de Contas de Roraima.

Diante desse quadro, e de acordo com a norma de regência, é correto afirmar que

- (A) Júlia poderá averbar junto ao RPPS os 20 anos de trabalho na iniciativa privada, devidamente convertidos.
- (B) é possível averbar perante o RPPS metade do tempo que Júlia contribuiu para o INSS.
- (C) apenas o tempo simples, sem a conversão, poderá ser averbado por Júlia perante o RPPS.
- (D) somente se Júlia se dispuser a fazer novo recolhimento previdenciário para o RPPS é que poderá averbar o tempo trabalhado no estaleiro.
- (E) não será possível a Júlia averbar o tempo de contribuição feita ao RGPS.

96

Juvenal é servidor público do Estado de Roraima, vinculado ao Regime Próprio e ocupante de cargo efetivo há 19 anos. Juvenal tinha esposa e um filho de 20 anos de idade. Em 2024 Juvenal faleceu após se submeter a um arriscado procedimento estético.

Em relação à pensão por morte deixada por Juvenal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A pensão por morte será de 50% pela cota familiar acrescida de 10% por cada dependente, sendo que o filho perderá sua cota-parte aos 21 anos de idade e ela não reverterá para a viúva.
- (B) Por ter o filho idade superior a 18 anos, logo maior de acordo com a Lei Civil brasileira, somente a viúva terá direito à pensão por morte, no valor dos proventos integrais de Juvenal.
- (C) Viúva e o filho ratearão em partes iguais a pensão por morte, sendo que o filho perderá o direito ao completar 21 anos de idade e sua cota-parte será revertida para a viúva.
- (D) O filho e a viúva de Juvenal receberão pensão por morte, rateada em partes iguais, sendo que o filho receberá até terminar ensino superior e, após, perderá sua cota-parte, sendo que metade dela reverterá para a viúva.
- (E) Somente a viúva pode ser considerada dependente e assim, fará jus a 60% dos proventos de Juvenal, pois o valor considera a cota familiar de 50% acrescida de 10% por haver um dependente.

97

Maria Lúcia é servidora pública concursada do Município de Boa Vista/RR, ocupante de cargo efetivo. Em 2024, Maria Lúcia começou a verificar a sua situação jurídica para saber quando, em tese, poderia se aposentar de forma voluntária.

Considerando os termos da Lei nº 1.755/16, que alterou a Lei nº 812/05, assinale a opção que exhibe os requisitos que Maria Lúcia deverá, minimamente, implementar para se aposentar voluntariamente.

- (A) 20 anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (B) 15 anos de efetivo exercício no serviço público e 10 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (C) 5 anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (D) 10 anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.
- (E) 25 anos de efetivo exercício no serviço público e 10 anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

98

Durante o período de campanha eleitoral das eleições municipais do ano x, Ana, proprietária de uma grande rede de eletrodomésticos, sorteou algumas geladeiras no âmbito de comício realizado por João, candidato a Prefeito do Município Alfa, que anuíra com a conduta. Na ocasião, puderam se habilitar ao sorteio das geladeiras todos que participaram do comício, não tendo ocorrido qualquer vinculação do sorteio das geladeiras a um pedido explícito de voto.

Ao tomar conhecimento do ocorrido, o Partido Político Sigma, que também contava com candidato para a Chefia do Poder Executivo municipal, ajuizou ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) em face de Ana, de João e de Pedro, sendo que este último concorria ao cargo de Vice-Prefeito Municipal, mas desconhecia a conduta e sequer se encontrava no Município Alfa por ocasião do comício.

Na AIJE, foi requerida a cassação do registro de João e Pedro, e a declaração de inelegibilidade de ambos e de Ana para concorrerem às eleições a serem realizadas nos oito anos subsequentes à eleição na qual a referida conduta foi praticada.

Na perspectiva da inelegibilidade, é correto afirmar que

- (A) não foi descrita nenhuma conduta que pudesse caracterizá-la.
- (B) ela somente pode ser perquirida em sede de ação de impugnação de mandato eletivo, caso João e Pedro sejam eleitos.
- (C) como Pedro não praticou a conduta e a desconhecia, não pode ser decretada a sua inelegibilidade caso os fatos sejam provados.
- (D) como Ana não participa do processo eleitoral, ainda que os fatos sejam provados, não pode ser decretada a sua inelegibilidade.
- (E) ela é efeito da condenação pelo ilícito praticado, alcançando a autora, Ana, e os beneficiários, João e Pedro, que concorrem em chapa única.

99

Na última eleição geral, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado Alfa, Deputado Estadual há duas legislaturas e candidato à reeleição, transferiu *ex officio* um servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo dois meses antes da eleição. Por tal razão, alguns populares encaminharam representação ao Ministério Público argumentando que teria sido praticada conduta vedada ao agente público no final de mandato, o que acarretaria, em caso de condenação, a cassação do registro ou do diploma.

À luz dos balizamentos estabelecidos pela legislação eleitoral, é correto afirmar que, na situação descrita,

- (A) foi praticada conduta vedada aos agentes públicos, cuja consequência é a cassação do registro ou do diploma.
- (B) não foi praticada conduta vedada aos agentes públicos, tratando-se de mero exercício da competência administrativa.
- (C) foi praticada conduta vedada aos agentes públicos, mas a sanção cominada é apenas a multa, não a cassação do registro ou do diploma.
- (D) somente terá sido caracterizada a conduta vedada aos agentes públicos caso não tenha ocorrido o arrependimento eficaz do Presidente até a proclamação dos eleitos.
- (E) foi praticada conduta vedada aos agentes públicos, mas a sanção deve ser proporcional à gravidade dos fatos, podendo ser afastada a cassação do registro ou do diploma.

100

O diretório nacional do Partido Político Alfa apresentou, à Justiça Eleitoral, prestação de contas relativas à arrecadação e à aplicação de recursos financeiros na campanha eleitoral da última eleição para cargos eletivos federais. Na ocasião, foi constatado que sobejaram valores, ao fim do ano da eleição, na conta bancária de Alfa, que eram destinados à movimentação de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

Em razão dessa constatação, o órgão competente da Justiça Eleitoral observou corretamente que os referidos valores devem ser

- (A) transferidos ao Fundo Partidário.
- (B) transferidos ao Tesouro Nacional.
- (C) incorporados pelo Partido Político Alfa.
- (D) revertidos ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha.
- (E) transferidos ao Fundo de Reaparelhamento da Justiça Eleitoral.

Realização

